



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 023

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE ABRIL DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano (em licença) - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Dr. Luciano Ducci - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 021ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE ABRIL DE 2004**

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielese, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delgado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata e chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados**)

Vinte e dois Deputados responderam a chamada.

Em votação a Ata.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº CTL/CC/033/04, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

504/2003: de autoria da deputada Cida Borghetti que, concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Ricardo Alves da Conceição, o qual foi convertido em Lei nº 14.353. **Anote-se - Arquive-se.**

Sob o nº CTL/CC/035/04, do Sr. Governador do Estado, restituindo a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 242/2003, de autoria do Deputado Miltinho Pupio. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC/036/04, do Sr. Governador do Estado, devolvendo o Projeto de Lei nº 667/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 143/04, do Sr. Bonejos Demchuk, Desembargador no Tribunal de Justiça, comunicando que a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 128.451-7, de Curitiba, em que figuram como autor o Governador do Estado do Paraná e interessada a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através do qual, por unanimidade de votos, foi julgada procedente a ação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 143/2004, do Sr. Francisco das Chagas Lopes da Cunha, Secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento do Agronegócio - FAPEAGRO, no valor de R\$ 59.950,00 - do Ministério e R\$ 6.003,00 - Contrapartida, para apoiar a realização da VII Conferência Mundial de Pesquisa e ao Desenvolvimento do Agronegócio. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 167/2004, do Sr. Francisco das Chagas Lopes da Cunha, Secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a Sociedade Rural de Umuarama, no valor de R\$ 69.000,00 - do Ministério e R\$ 7.500,00 - Contrapartida, para apoiar a divulgação e realização da 30ª Expo Umuarama. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 82/2004, do Sr. Djalmo de Oliveira Leão, Sub-Secretário de Planejamento, Orçamento e Administração, comunicando Acordo de Cooperação Técnica e Científica, firmado entre o MCT, a FINEP, o Estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Fundação Araucária. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 119/2004, do Sr. José Henrique Paim Fernandes, Presidente do FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados ao Programa QUOTA, no valor de R\$8.193.662,96. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 516/2004, do Sr. Antonio Rycheta Arten, Diretor-Presidente da Agência de Fomento do Paraná S/A, encaminhando documentos relativos à Prestação de Contas da Agência de Fomento S/A e do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, relativo ao exercício de 2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 09/2004, do Sr. Maurício Requião de Melo e Silva, Secretário de Estado da Educação, encaminhando Prestação de Contas referente ao exercício financeiro de 2003, sobre as atividades do Serviço Social Autônomo Paranaeducação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 04/2004, do Sr. Luiz Fernando F. Delazari, Presidente da FUNRESTRAN, encaminhando Prestação de Contas do Fundo Especial de Reequipamento de Trânsito, referente ao exercício financeiro de 2003. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 319/2004-VP

Curitiba, 02 de abril de 2004.

Senhor Presidente:

Em virtude de convite oficial para assumir a Liderança do Governo nesta Casa de Leis, realizado pelo Exmo. Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, solicito hoje (02/04/2004) a RENÚNCIA do cargo de 1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, assumido em 01/02/2003, em solenidade oficial de posse dos Deputados Estaduais, eleitos através do processo eleitoral do ano de 2002.

Faço uso desta ocasião para agradecer pela oportunidade de realizar parceria com sua digníssima pessoa, em prol dos interesses desta Casa e em benefício dos cidadãos paranaenses, aqui representados por nós e nossos colegas Parlamentares.

Certo de que continuaremos juntos para defender os interesses de nosso Estado, aqui representados pelo Poder Legislativo, oficializo meu desligamento e coloco-me à disposição sempre que necessário.

Respeitosamente,

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 479

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje o Projeto de Lei nº 725/2003 por cinco (05) Sessões.

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 478

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa, REQUER, à Mesa o arquivamento do Projeto de Lei 637/2003, da sua autoria. A proposição em questão encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 481

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, especialmente o contido no artigo 40, do Regimento Interno, REQUER, a V. Exa. a criação de Comissão Interna da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para averiguar, *in loco*, a situação e os efeitos da longa estiagem que atinge as regiões Sudoeste e Oeste, e em especial para acompanhar os trabalhos da Comissão Externa Criada na Câmara Federal, quando esta estiver executando seus trabalhos neste Estado.

As conseqüências já se fazem sentir, entre outros, na quebra acentuada da safra de grãos, basicamente na produção de soja e milho, principalmente provocando sérios prejuízos econômicos, financeiros e sociais às populações daquelas regiões, o que obrigou mais de 30 (trinta) municípios a decretarem estado de calamidade ou de emergência, haja vista o fato de que, em muitas cidades, e especialmente nas zonas rurais, a falta de abastecimento de água já começa a provocar desespero às famílias de agricultores, notada e particularmente aos criadores de frangos, suínos e aos produtores de leite, atividades estas que lidam com animais e para as quais a água é uma necessidade vital.

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Neste início de 2004, o Brasil foi duramente atingido por sérias adversidades climáticas. As regiões Sul e parte da Centro-Oeste sofrem atualmente com a falta de chuvas, o que provocará uma forte queda na safra de grãos, especialmente nas plantações de soja, milho, etc.

As regiões atingidas pela seca, Sudoeste e Oeste, estão entre as do Estado que mais contribuem para que o

Brasil tenha uma das maiores safras de grãos do mundo. Regiões que têm em comum o fato de serem ainda muito dependentes do setor primário e que têm a agricultura e a pecuária como carros-chefe da economia. E é exatamente por este fator que os efeitos da seca são mais facilmente perceptíveis sobre os aspectos econômicos e sociais daquelas populações, pois atingem a produção primária, atingem a agricultura.

E a agricultura destas regiões é marcada por uma forte participação do segmento dos agricultores familiares. São pequenas propriedades, cuja forma de exploração econômica é exercida diretamente pela força de trabalho da própria família. Isto resulta e implica na absorção de uma grande volume de mão-de-obra. Segundos dados do IBGE, a agricultura familiar gera mais de dois terços dos empregos da campo brasileiro. Uma séria crise neste setor, provocada pelos efeitos nefastos da atual estiagem que atinge aquelas regiões, poderá, se não tratada adequadamente pelas três esferas de governos, resultar num incentivo a uma nova debandada de agricultores deixando o campo e indo se alojar nas já inchadas, violentas e desgovernadas metrópoles brasileiras.

Pelas razões expostas, urge que a Assembléia Legislativa chame para si a responsabilidade de criar uma Comissão Externa para averiguar, *in loco*, e debater com as entidades e associações representativas das populações das regiões citadas e com prefeitos, a questão da seca e as suas conseqüências sobre as economias das regiões atingidas, objetivando encontrar e buscar soluções que atenuem os efeitos negativos propiciados por aquela adversidade climática.

REQUERIMENTO Nº 473

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do engenheiro Dr. Olivo Zanella, ex-Diretor-Geral do DER e ex-Superintendente do Porto de Paranaguá, nos termos da justificativa anexa.

Requer mais, que do conteúdo desta manifestação de pesar da Casa de Leis do Paraná, seja dado ciência à família do ilustre cidadão desaparecido, no endereço em anexo.

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O engenheiro Olivo Zanella, falecido no último dia 28, aos 78 anos de idade, formou-se pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1954 e, após se aperfeiçoar na Engenharia Civil, veio para o Paraná em 1961, assumindo a chefia do Distrito Rodoviário da região de Pato Branco.

Depois sucessivamente, foi subindo na carreira, até chegar à Direção Geral do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná, durante o Governo Richa,

onde executou um vigoroso plano de pavimentação e recuperação da nossa malha viária estadual. Foi ainda, na administração estadual, Superintendente do Porto de Paranaguá, antes de passar ao serviço da Itaipu Binacional.

Casado com dona Clory Zanella, com quem teve quatro filhos - todos graduados em cursos superiores - o Dr. Olivo Zanella deixa como principal legado uma vida exemplar no serviço público e um perfil de profissional ativo e inovador, sempre presente no acompanhamento das obras a seu cargo, espelho para as novas gerações de engenheiros e técnicos paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 483

Senhor Presidente:

O Deputado que presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-Presidente da Associação dos Municípios do Paraná e ex-Prefeito de Barbosa Ferraz, Arnaldo Coneglian, ocorrido dia 02 de abril/04, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 72 anos de idade, faleceu o Sr. Arnaldo Coneglian que deixou viúva a Sra. Iracelis Garcia Coneglian. Deixou ainda 07 filhos e oito netos.

O passamento de Arnaldo Coneglian, ex-Presidente da Associação dos Municípios do Paraná e ex-Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Arnaldo Coneglian, que era natural de Marília, São Paulo, transferiu-se para Barbosa Ferraz na década de 50. Chegou à cidade, trazendo na bagagem apenas algumas peças de roupa e caixas de remédio. Pouco depois, abriu a Farmácia São Jorge. Na época, não havia médico no município. Assim, Coneglian prestou atendimento médico a milhares de pessoas como farmacêutico, médico e parteiro. Foi um dos responsáveis pela emancipação política do município de Barbosa Ferraz, que se desmembrou de Campo Mourão em 25 de julho de 1960. Sua carreira política começou como Vereador em Barbosa Ferraz, mandato que exerceu de 1961 a 1964. Foi o Vereador mais votado da cidade, pelo antigo PTB. Foi também Presidente da Câmara de Vereadores. No mesmo ano elegeu-se Prefeito da cidade até 1970. Depois voltou a ser eleito para o cargo 1973 a 1976. Novamente foi eleito Prefeito de Barbosa Ferraz 1983 a 1988. Por dois mandatos foi Presidente da Associação dos Municípios do Paraná. Destacou-se como defensor de um tratamento mais justo para os municípios e pela aprovação de várias leis de interesse dos Municípios paranaenses na Constituição Federal de 1988.

Arnaldo Coneglian foi sempre um lutador e sua lealdade, sua prudência nunca destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Pedimos ao Todo-Poderoso que seus familiares encontrem na fé e na esperança o consolo necessário nesta hora tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Coneglian, endereçando-lhe voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 475

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à Editora Luz e Vida, pela comemoração de seu Jubileu de Ouro (1954-2004), na data de 07 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

A Editora Luz e Vida é instituição que tem dedicado seus 50 anos de existência à edificação moral e amparo espiritual das pessoas, através da publicação e divulgação de livros, revistas e material de estudo sobre a vida e ensinamentos deixados pelo Senhor Jesus Cristo.

REQUERIMENTO Nº 476

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Sra. Maria Magdalena Smaniotto, pelo recebimento do título de Cidadã Honorária do Município de Marechal Cândido Rondon, em sessão solene realizada no último dia 02 de abril, naquela cidade.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à homenagem, no endereço que segue: Rua Santa Catarina, 665 - 85960 - Marechal Cândido Rondon / PR.

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 469

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Palmas, pela passagem, no próximo dia 14 de abril, de seus 125 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Hilário Andraschko, Prefeito

Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Francisco Puton, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Palmas.

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A homenagem que, através desta proposição queremos prestar ao Município de Palmas, por ocasião de mais um aniversário de sua emancipação política, será das mais expressivas pelo nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da grandeza de toda a região.

Nada mais confortante para nosso espírito cívico e a nossa fé no Paraná que saudar efusivamente a população de Palmas na data magna da comemoração dos 125 anos de emancipação política, cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encerrar a confiança de todos com a invencível segurança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e as mulheres dão vida à Administração Municipal puderam e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por um município em permanente transformação.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às homenagens devidas ao Município de Palmas no transcurso de seus 125 anos, parabenizando a todos na data tão significativa.

REQUERIMENTO Nº 471

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação, e Ilma. Sra. Sandra Maria Ferreira Turra, Diretora-Presidente da FUNDEPAR, solicitando a urgente reforma geral do prédio que abriga o Colégio Estadual Barão do Rio Branco, do Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Barão do Rio Branco, teve o início de suas atividades no ano de 1976, sendo que nestes 28 anos de funcionamento nunca recebeu reformas necessárias de conservação e reestruturação.

Dispondo de 22 salas de aula e funcionando em três períodos, o estabelecimento oferece a seus 2033 alunos, ensino fundamental, médio e profissional.

Desejando com a referida proposição oferecer ao corpo docente e discente do Colégio Barão do Rio Brando melhores condições para o desenvolvimento das atividades educacionais.

REQUERIMENTO Nº 472

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Leoncio Vieira de Rezende Neto - Diretor de Relações Institucionais da Brasil Telecom, no sentido de autorizar a instalação de 02 (dois) telefones públicos comunitários no Colégio Adventista do Boqueirão em Curitiba.

Tal solicitação prende-se ao fato de a referida instituição de ensino infantil, fundamental e médio possuir mais de 1100 alunos matriculados nos três períodos e necessitam com a máxima urgência da instalação desses telefones públicos.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Venilton de Oliveira, Diretor do Colégio Adventista do Boqueirão, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Ten. Francisco Ferreira de Souza, 2218 - CEP 81670-010 - Curitiba.

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 474

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Cláudio Murilo Xavier - Secretário de Estado da Saúde, encaminhando solicitação da Prefeitura Municipal de Campo Mourão, no sentido de autorizar a liberação de recursos financeiros para a aquisição de uma Unidade Móvel - ambulância, que possibilitará o transporte inter-hospitalar de pacientes com risco de vida, sejam crianças, adultos ou gestantes, conforme ofício protocolado junto à SESA.

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 482

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes, informar quanto a formalização do termo Aditivo ao Contrato de Concessão 074/97, firmado com a concessionária Caminhos do Paraná, referido na cláusula quarta do Contrato Preliminar ajustado entre o Governo do Estado, através de seu Departamento de Estradas de Rodagem - DER e a concessionária mencionada, no dia 3 de dezembro de 2003, para efeito de revisão das cláusulas do contrato original de concessão.

Requer ainda, que acompanhando a informação solicitada, seja remetida a esta Assembléia Legislativa cópia do Termo Aditivo em questão.

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) DURVAL AMARAL

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 097/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Atlética e Desportiva Industrial Pindorama - AADIP, com sede e foro no Município de Quedas do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Atlética e Desportiva Industrial Pindorama, AADIP, inscrita no CNPJ nº 05.536.526/0001-04, com sede à Rua Buriti, Conjunto Habitacional Pindorama, Município de Quedas do Iguaçu-PR, é uma entidade declarada como Utilidade Pública sem fins lucrativos, que visa e estimula o desenvolvimento sócio-esportivo-cultural entre as comunidades, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, bem como organiza, realiza e administra eventos culturais e desportivos na comunidade em que se localiza.

Em sendo assim, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta egrégia Casa de Leis, ao presente plano de lei, por apresentar o caráter meritório como se justifica.

PROJETO DE LEI Nº 098/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Nos Municípios onde não haja agência de Banco oficial, o poder público firmará convênio com cooperativas de crédito, regularmente constituídas na forma da lei, visando à arrecadação de tributos e ao pagamento de vencimentos, soldos e outros proventos dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e dos pensionistas da administração direta e indireta, por opção destes.

Art. 2º - Ficam o Estado, os Municípios e as entidades da administração indireta autorizados a movimentar disponibilidade de caixa em cooperativas de crédito regularmente constituídas na forma da lei, observadas a inexistência de instituição oficial no Município.

Art. 3º - Fica assegurado às cooperativas regularmente constituídas na forma da lei, o desconto na folha de pagamento das contribuições e demais débitos, a favor das entidades, de titularidade dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e dos pensionistas, associados, por opção destes, desde que as obrigações estejam respaldadas em estatuto, decisão assemblear ou instrumento de crédito.

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Lei de Responsabilidade Fiscal traz em seu artigo 43 que “as disponibilidades de caixa dos entes federados serão depositadas conforme estabelece o artigo 164 da Constituição Federal, ou seja, para os Municípios, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos especificados em lei.

Os Municípios são divisões político-administrativas do Estado, não da União.

“Outro aspecto que mostra que os Municípios continuam a ser divisões dos Estados acha-se no fato de que sua criação, incorporação, fusão e desmembramento far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal (artigo 18, parágrafo 4º, redação da EC 15/96), e dependerão de plebiscito (que é sempre consulta prévia) das populações diretamente interessadas”. (Curso de Direito Constitucional Positivo - José Afonso da Silva, 16ª ed., São Paulo, Malheiros Editores, 1999, pág. 475).

Os sistemas de crédito cooperativo não são instituições locais, mas de atuação regional, destinados ao fomento da indústria e comércio.

O Município brasileiro é entidade político-administrativa, dotado de autonomia política, administrativa e financeira.

A autonomia significa capacidade ou poder de gerir os próprios negócios, dentro de um círculo prefixado por entidade superior.

A Constituição Federal é o poder distribuidor de competências.

Citamos ainda extrato do parecer da lavra do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, publicado na Revista daquela Corte, nº 146, de agosto de 2003, página 51, relatado pelo Conselheiro Heinz Georg Herwig - “Acrescenta que a Constituição não determina se as instituições oficiais são federais, estaduais ou municipais, donde se conclui que os depósitos poderão ser efetuados em qualquer uma delas. Entende-se, portanto, que apenas na ausência de Bancos públicos, por motivos práticos e de segurança, a movimentação financeira poderá ser realizada em instituições financeiras da rede privada, recaiando somente assim na ressalva constitucional”.

Criar a possibilidade de movimentação financeira nas Cooperativas de Crédito com atuação no Estado do Paraná reflete o interesse de desenvolver o cooperativismo no Estado

PROJETO DE LEI Nº 099/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Estado do Paraná, autorizado doar imóvel de sua propriedade ao Município de Dois Vizinhos, para ampliação da VIZIVALI - Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu, com as seguintes especificações:

Art. 2º - Trata-se de imóvel matriculado sob o nº 21.434, do Patrimônio Dois Vizinhos da Colônia Missões, denominada Chácara 128-E, do Município de Dois Vizinhos, Comarca de Dois Vizinhos, da Circunscrição do Estado do Paraná, contendo uma área superficial de 6.000,00m² (seis mil metros quadrados), dentro dos seguintes limites e confrontações: NORTE, por uma linha reta e seca, medindo 60m², confrontam com a chácara nº 128 do mesmo patrimônio. LESTE, por uma linha seca confronta com o patrimônio Dois Vizinhos. SUL, por uma linha seca e reta medindo 60,00m², confronta-se com a chácara 128-C do mesmo patrimônio. OESTE, por uma linha seca e reta medindo 100m², confronta-se com a chácara nº 128 do mesmo patrimônio.

Art. 3º - O imóvel de que trata o artigo anterior será destinado, exclusivamente, para ampliação das instalações da VIZIVALI - Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela visa autorizar o Governo do Estado a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos para ampliação da VIZIVALI - Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu, uma Fundação Municipal mantida pelo Centro Pastoral Educacional e Assistencial (Dom Carlos - CEPA) de Palmas-PR.

Na verdade o imóvel em questão foi doado ao Estado do Paraná pelo Município de Dois Vizinhos, através da Lei Municipal nº 835/1998 de 14/01/98, e a finalidade específica de se construir uma sede da Campanha da Polícia Militar de Dois Vizinhos.

A doação foi feita na época pela Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos porque o Batalhão da Polícia Militar de Pato Branco tinha interesse de construir a Sede da Companhia da Polícia Militar de Dois Vizinhos naquele local. Depois de tanto tempo não há mais interesse (a localização não está de acordo com as pretensões atuais do Batalhão de Polícia) por parte do Batalhão de construir a sede da Companhia naquele tempo, conforme documento apresentado pelo Comando do referido Batalhão.

E o Município está se comprometendo desde já disponibilizar outra área para o Estado, tão logo o Estado resolva retomar o projeto de construção da sede.

A VIZIVALI ampliou os cursos oferecidos e por isso o número de alunos vem aumentando significativamente: alunos de vários municípios do Sudoeste do Estado estão buscando formação nesta Faculdade.

Alguns cursos necessitam da construção de laboratórios, bem como a construção de novas salas de aula e o terreno referido será fundamental a ampliação e manutenção da VIZIVALI.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, por cinco minutos.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na última semana, desta tribuna, fizemos um pronunciamento com relação à situação da segurança pública na região dos Campos Gerais, no Município de Ponta Grossa, cobrando as promessas que o Secretário fez no mês de novembro quando esteve presente na nossa cidade.

E o que eu posso dizer é que, surpreendentemente, três dias depois do pronunciamento e dessa Casa manifestar-se com a preocupação na segurança pública, o Secretário foi a Cidade de Ponta Grossa, participou no dia 01 de abril, por sinal o Dia da Mentira, de uma reunião em uma das churrascarias da nossa cidade de Ponta Grossa, onde, novamente, trouxe promessas para o nosso Município e para a região dos Campos Gerais. Anunciou que o Município de Ponta Grossa, no dia 15 de abril, estará recebendo treze novas viaturas para a Polícia Civil e também para a Polícia Militar. Grande atitude do Secretário. Vamos aguardar até o dia 15 e esperamos que tudo isso, realmente, aconteça.

Agora, como é natural do Secretário, várias pérolas ele soltou nessa reunião, na churrascaria. Uma delas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que o papel da Polícia do Paraná não é o de tentar prender bandidinho, mas, sim, especializar-se em caçar criminosos de colarinho branco. Outra pérola que ele soltou é que as cadeias, especialmente as delegacias e distritos, estão abarrotadas de presos e que ali não cabe mais ninguém. Novamente é preciso superar a visão de que segurança pública se resolve correndo atrás de bandidinhos; palavras do Secretário. Mais uma pérola ele soltou: que o saldo de sua gestão à frente da pasta de Segurança Pública é extremamente positiva.

Surpreende-me, Sr. Presidente, porque cresce diariamente a criminalidade no Estado do Paraná, e ele vem com essa conversa dizendo que os problemas estão cada vez melhor resolvidos dentro da Segurança Pública no Estado do Paraná. Só se for em outras regiões. Na Cidade de Ponta Grossa e nos Campos Gerais, absolutamente, nada disso acontece, porque a criminalidade aumenta dia-a-dia. Outra pérola: a dívida do setor de Segurança Pública foi efetivamente zerada. Mais uma pérola: foram corrigidas todas as distorções históricas do setor que faziam parte de uma herança maldita deixada pelo seu antecessor. O antecessor dele foi o Secretário da Segurança Pública, Roberto Requião, que ficou por vários meses como Governador e também Secretário de Segurança Pública.

Vamos fazer aqui uma análise, pela visão do Secretário Delazari, Segurança Pública do Estado do Paraná. Assaltantes de carros, ladrões de cargas, traficantes, estupradores e assassinos são classificados como bandidinhos e não merecem, segundo a sua visão, a

atenção por parte da Polícia Civil e da Polícia Militar. Por essa sua particular visão, ele acha que o cidadão paranaense está em segundo plano e que em primeiro plano encontram-se os chamados criminosos de colarinho branco.

Já tem vários segmentos da área da Segurança Pública e também no Ministério Público já cuidando dos crimes de colarinho branco, como o Ministério Público do qual o próprio Secretário da Segurança é membro, também o Ministério Público federal e estadual, e mais as Promotorias de Investigações Criminais, e o Secretário quer que a Polícia do Estado do Paraná se volte também para esses crimes esquecendo os demais crimes no nosso Estado.

Ainda, segundo a sua logística, as cadeias estão cheias e não se prende mais bandidos, até mesmo porque as cadeias não estão cheias de criminosos de colarinho branco, e sim, de simples homicidas, estupradores, assaltantes e estelionatários...

(O orador passa a usar o Horário da Liderança do seu Partido)

Na cidade de Ponta Grossa temos um presídio-modelo, construído no governo anterior, que aplicou mais de 10 milhões de reais. É um presídio com 290 vagas e está, sim, funcionando somente 145 vagas. Temos um total de 436 vagas. Estão sobrando 290 vagas e o Secretário vem dizer que as cadeias estão superlotadas, enquanto um presídio moderno está vazio, aguardando que transferências possam ser feitas das cadeias da região dos Campos Gerais para esse presídio dos mais modernos possíveis.

Em cima de tudo isto, é uma barbaridade ouvir, da boca do Secretário da Segurança Pública, que a Secretaria do Estado, que a Polícia Civil e Militar não têm que se preocupar com os bandidinhos que são aqueles estupradores, os assaltantes, os ladrões, os traficantes, e têm que se preocupar só com os crimes de colarinho branco!

Ora, Sr. Secretário, ora, Sr. Governador e Srs. Deputados, não podemos aceitar uma visão tão pequena, uma visão do Secretário da Segurança, que não quer fazer frente à alta criminalidade no nosso Estado do Paraná! Temos que ver a Secretaria da Segurança Pública dirigindo os trabalhos para prender os criminosos que estão soltos nas ruas do Estado do Paraná, temos que fazer o Secretário colocar em operação esse presídio industrial que foi feito na cidade de Ponta Grossa e que está vazio, enquanto que as cadeias da região dos Campos Gerais estão superlotadas! Não posso aceitar uma posição desta! O Secretário foi infeliz, e pelo que ouvimos, realmente ele está fora da realidade do Estado do Paraná! Precisamos de uma polícia estruturada, de mais policiais, precisamos de uma polícia voltada para combater o crime para que possamos, todos nós, paranaenses, termos uma vida muito mais tranqüila daquela que vemos hoje nas ruas do Estado do Paraná. O Governo tem que aplicar em

Segurança Pública, tem que investir nas polícias, para que desta forma elas possam resolver os sérios problemas que afligem a população do Paraná.

Voltarei a esta tribuna semanalmente, cobrando do Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, cobrando do Secretário da Segurança, Delazari, para que ajam, prendendo todos os criminosos que estão soltos no Estado do Paraná, em especial na nossa cidade de Ponta Grossa e nos Municípios da região dos Campos Gerais.

O Sr. Elio Rusch

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Plauto, ouço com muita atenção o pronunciamento e a preocupação de V. Exa. quando usa a tribuna e faz menção em relação à Segurança Pública do Estado do Paraná.

Nós já ocupamos essa tribuna e também fizemos nossas considerações em relação à Segurança Pública e da forma como o próprio Secretário trata a Segurança Pública no Estado do Paraná.

Deputado Plauto, agora V. Exa. vem à tribuna e diz que o Secretário diz que a Secretaria não está aí para prender bandidinhos, mas está aí para prender bandido de colarinho branco...

Ora, um Secretário da Segurança Pública que usa essa expressão, em outras palavras, está incentivando para que haja a criminalidade, não em grande escala. Aliás, é o mesmo Secretário que foi em Cascavel e brincou com todos os Prefeitos da AMOP, brincou com a Associação Comercial e disse que o nome dele era Roberto Carlos, cantor do Rio de Janeiro; é o mesmo Secretário que tentou justificar o erro que cometeu em Cascavel, na região Oeste do Estado, chamando Cascavel de Sudoeste, errando a localização geográfica do Estado do Paraná e ainda diz que é um profundo conhecedor do nosso Estado! Esse mesmo Secretário que vai a Ponta Grossa e diz que o Secretário da Segurança não está aí para prender os bandidos pequenos, só os bandidos de “colarinho branco”! Ora, vejam, onde é que estamos! A que pé nós chegamos!

Em Ponta Grossa existe um presídio-modelo, com vagas ociosas e o Secretário da Segurança Pública não as preenche e diz que as prisões estão superlotadas! Acho que ele não tem conhecimento! Está na hora de o Secretário começar a dizer por que ele é Secretário e por que o Governo do Estado está no Palácio. Faltam definições, falta um norte, falta um rumo para o Governo do Estado tomar as medidas necessárias para resolver esse problema sério que agrava e aflige toda sociedade do Paraná, não só do Oeste e de Ponta Grossa, mas do Sudoeste, do Centro, do Norte, do Norte Pioneiro e da Região Metropolitana da nossa capital.

Parabéns pelo vosso pronunciamento!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Quero, para concluir meu pronunciamento, deixar claro que o povo não quer saber quem foi que deu a ordem para prender os bandidos; quer ver, sim, os bandidos presos, porque continuando soltos nas ruas do nosso Estado do Paraná, nas ruas de Ponta Grossa, nas ruas dos Campos Gerais, eles cometem crimes, e a impunidade está à solta, porque, com certeza, esses que cometeram crimes foram procurados e encontrados pela Polícia e ela os devolveu às ruas. Os bandidos estão sendo incentivados pela própria Segurança Pública do Estado do Paraná a continuar cometendo crimes no nosso Estado!

Secretário Delazari, vamos prender os bandidos do nosso Estado do Paraná, vamos prender todos aqueles que cometem crimes, porque não aceitamos essa sua visão de prender só os criminosos de “colarinho branco”, enquanto que os bandidos, ladrões, estupradores, traficantes de drogas e tantos outros que estão nas ruas cometendo crimes em cima da sociedade paranaense!

Retornarei a esta tribuna, Sr. Presidente, novamente, toda semana, para trazer os problemas da segurança que tomam conta da nossa cidade de Ponta Grossa. Estarei aqui em defesa dos Campos Gerais e de Ponta Grossa cobrando semanalmente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente.

Acho que devo a esta Casa, na condição de Deputado, uma prestação de contas com relação à notícia veiculada pelos jornais na semana que passou, onde, por iniciativa do Ministério Público, o Juiz da 4ª Vara Cível de Ponta Grossa, Dr. Magnus Socks, acabou dando uma sentença que vem suspender nossos direitos políticos por três anos, no que se refere a um processo que o magistrado entendeu que estávamos fazendo autopromoção quando atendemos uma necessidade da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa.

O que queremos explicar, aqui, hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados e imprensa, é que, na verdade, esse é um procedimento totalmente diferente do feito pelo Ministério Público de Ponta Grossa, que acompanha o dia-a-dia da cidade e teve coragem de propor esse pedido à 4ª Vara Cível de Ponta Grossa, onde não cometemos nenhum crime, segundo o próprio magistrado, ao mandarmos cem mil reais para a Santa Casa de Misericórdia, por ocasião de uma explosão que houve em determinado setor daquela instituição. Nós mandamos 100 mil reais, que vieram salvar a Santa Casa naquele momento. O Ministério Público entendeu que o repasse estava correto, mas que eu cometi um crime ao anunciar na rádio que estaria mandando dinheiro para a Santa Casa.

Deputado Dobrandino, às vezes é de dar risada o que estou falando aqui. Enquanto cobram hoje uma ação do Governo Lula, do Governo Requião e de outros Governos Municipais, nós, quando recebemos o pedido da Santa Casa, logo à tarde já estávamos definindo uma ajuda financeira àquela instituição para comprar os equipamentos porque estava colocando em risco a vida das pessoas dos Campos Gerais, porque a Santa Casa atende a toda região.

E, de maneira surpresa, depois disso, vejo o Ministério Público propor uma ação pedindo a cassação dos nossos direitos políticos, porque entendia que fizemos autopromoção ao mandar o dinheiro para a Santa Casa.

Outro dia fiz uma comparação, Deputado Plauto. V. Exa. mesmo levou vários cheques, importantes, para a reforma da Santa Casa. E levou o cheque diretamente, aqui, do Estado, e entregou ao Provedor da Santa Casa sendo notícia em todos os jornais. Em momento algum vi o Ministério Público fazer nenhuma colocação! o Deputado Afonso Camargo coloca 20, 30 outdoors em Ponta Grossa, todo ano, dizendo que liberou dinheiro para o CEFET, para a Universidade e para outras instituições. Isso é questão até de transparência. O político leva o dinheiro e coloca que foi um trabalho seu. Diferente do nosso caso. Estávamos investindo como Prefeito e na iminência estávamos fazendo um programa na rádio - sou radialista - e o Ministério Público entende que fizemos autopromoção. E o juiz - respeitando aqui o magistrado - acabou dando a sentença favorável, disse que o repasse não foi errado, que o dinheiro foi legal, só que a autopromoção do Jocelito foi muita!

Lamento! Estou recorrendo ao Tribunal de Justiça e espero ser feliz aqui no Tribunal de Justiça, mas ao mesmo tempo fico pensando, todo mundo faz isso! Agora, na hora "agá", em que é necessário pegar alguém, pega exatamente o Deputado Jocelito, porque é um Deputado mais simples, um Deputado ligado ao povo, enquanto que outras coisas acontecem em grande número e nada ocorre!

Queria só deixar essa minha satisfação aos demais colegas e a esta Casa, em função deste episódio. Essas são as corrupções de Ponta Grossa que tanto se falou. Prefeito que manda 100 mil reais para salvar a Santa Casa e recebe como penitência, como penalidade a suspensão dos seus direitos políticos... pois diria com toda certeza, Senhor Presidente, vale a pena até perder o mandato, mas nunca deixar ninguém morrer por falta de alguns aparelhos.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra, o Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não quero aqui fazer, necessariamente, a defesa do nosso Secretário da Segurança, mas quando ele coloca que quer combater o crime organizado, pegar os cartolas,

quer combater o crime na raiz, e quem sabe mexe com a estrutura de alguns... Então, espero e acredito que quando o Secretário da Segurança Pública dá declarações nesse sentido, é que realmente quer combater o crime na raiz. Acredito que é essa a sua intenção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Falando em notícia boa para os Municípios, notícias elementares do ponto de vista do cidadão, do dia-a-dia, das pessoas que vivem nos Municípios, pacto federativo beneficia prefeituras.

Na última marcha dos Prefeitos a Brasília, não se falou muito, mas é importante citar alguns dados: os Municípios passarão a ter, para transportar os alunos, 38 centavos/dia, por aluno. Será um avanço, com certeza, no transporte dos alunos que moram no interior. Isso tudo significa, já, 246 milhões de reais para a manutenção e compra de ônibus para transportar os alunos da rede pública dos municípios. Um avanço que os prefeitos tiveram.

Também, ficou muito claro que o Bolsa-Família está atendendo muito mais gente, significativamente, com 2002. Vamos aos números. O Bolsa-Família triplicou a média do valor dos benefícios concedidos. As famílias recebiam 22 reais; passaram a ter 73 reais. Os benefícios: o Programa está em 5.461 municípios brasileiros e está atendendo, até o momento, 3.615.000 famílias. O valor gasto com programas federais e transferência de renda, subiu, vejam só a diferença, Deputados: de 2,3 bilhões em 2002 e este ano atingirá 5,4 bilhões de reais para atender as famílias de baixa renda. E não há município que não tenha aumentado o repasse das famílias de baixa renda. Isso é uma reorientação das prioridades do orçamento da União que atende, diretamente, as Prefeituras do Paraná e as do Brasil.

Outro dado importante, dados do IBGE, mostram que este ano tem um sinal visível de crescimento do emprego no País. A última pesquisa do IBGE mostrou que em janeiro de 2004 o emprego na indústria cresceu 0,2% em comparação com dezembro de 2003, revertendo uma queda de 0,6%. O indicador da folha de pagamento real, mostra, em janeiro de 2004, aumento significativo. No confronto - janeiro 2004-janeiro 2003, o crescimento é de 7,7% para o total da indústria com perfil generalizado, atingindo a maioria dos segmentos nos locais pesquisados. De dezoito ramos pesquisados, treze apresentaram crescimento na comparação com janeiro de 2004, janeiro de 2003.

Senhor Presidente, esses indicadores mostram o seguinte: há realmente clareza na retomada do crescimento. Houve um aumento de 239 mil novos postos de trabalho em dois meses, um aumento dos 7,7% na folha de pagamento real da indústria, e o crescimento de 6,9% nas vendas no comércio varejista.

Então, há um sinal visível, Srs. Deputados, de que esse pessimismo que está-se tentando espalhar pelo Brasil à fora, não é real. Há uma clareza de investimentos para os Municípios quando se anunciou na semana passada a questão dos gastos com a construção civil, e um

bilhão e setecentos milhões de reais para a reforma agrária neste País. É um sinal claro de que está-se levando a sério a política e o programa assumidos pelo governo do companheiro Presidente Lula.

É um desafio colocado para todos os brasileiros. As reformas propostas no primeiro ano de mandato foram feitas, muitas pedidas o serão por leis ordinárias - e que neste ano esperamos avance muito mais. O Orçamento da União está claro, o contingenciamento histórico será bem menor neste ano e isso é um sinal visível que as nossas Prefeituras, de todos os Partidos, terão maiores repasses de convênios da União para os respectivos Estados e naturalmente, para os Municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin, por cinco minutos.

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Srs. deputados.

Estivemos pela manhã, em uma reunião do PDT, na condição de líder do Partido e de Deputado filiado, e lá encontrei, na Ordem do Dia do programa a substituição da Liderança do PDT. Aí me fiz uma pergunta: Será que foi porque fui Presidente de uma CPI que revelou as falcatruas no Estado do Paraná? Será que foi porque não atendi o chamamento de alguns, para aliviar para esse ou para aquele? Ou será que aqueles Deputados que assinaram, para que eu ocupasse a Liderança de 2003/2004, resolveram tirar as assinaturas? Ou será porque que tenho um sonho e porque tenho um projeto, para Curitiba.

O projeto está aqui, viabilizado, fruto do trabalho de uma equipe técnica. Foram 46 profissionais que trabalharam diuturnamente, para elaborar esse plano. Imaginei Curitiba dividida em 11 distritos. Imaginei a própria Prefeitura executando as obras, para fazer economia, para fazer mais obras à nossa população carente. Esses 11 distritos tinham e têm uma infra-estrutura sonhada por nós, que congrega posto de saúde, módulo policial equipado, escola rural, empório municipal, escola fundamental integrada, galpão do iniciante, praças esportivas, galpão do artesanato e feira permanente do MERCOSUL. Por que feira permanente do MERCOSUL? Porque estamos bem situados geograficamente, em relação ao MERCOSUL.

Na seqüência, Sr. Presidente, pretendo ter uma mudança de conceito da administração, economizando recursos, viabilizando a questão do transporte, fazendo as garagens subterrâneas, assim desenhadas: para acomodar cinco mil carros na Praça Santos Andrade: 700 carros no Centro Cívico; 800 carros na Praça Afonso Botelho, do Atlético. Imaginei resolver os problemas das favelas de Curitiba, construindo um prédio de três andares, na seqüência mais um e na seqüência mais um, para resolver os problemas que temos nas favelas de Curitiba.

Imaginei, junto com nossos técnicos, o Parque Linear do Iguaçu, aonde temos quase 30 quilômetros a serem explorados, podendo levar até lá o chamado Barigui II, podendo colocar, ao lado do Parque Iguaçu, o retiro dos velhinhos, podendo colocar, ao lado do Parque Linear do Iguaçu, uma escola profissionalizante para atender à juventude.

Imaginei que o Rio Iguaçu, que hoje tem os buracos das cavas que tem, porque tiraram areia, estão hoje, ali, oferecendo risco à nossa sociedade. Muitos já perderam a vida. Imaginamos, então, integrar essas cavas e fazer dali a possibilidade de criação de peixes para inserir na merenda escolar de Curitiba, e o que sobrasse, seria vendido a um preço acessível à nossa população de Curitiba.

Aqui é o Parque Linear do Iguaçu. Exatamente aqui passa a linha de trem que vem de Araucária diretamente ao centro de Curitiba. São 38 quilômetros de linha, perfeitamente viável para o transporte de passageiros. Não venham dizer que eu estou propondo uma candidatura apenas para propor uma candidatura, para divulgar nosso nome. Eu me chamo Beraldin, filho de trabalhador e trabalhadora. Íntegro, espero ser até morrer. Muitos me disseram: “Deputado, não use a tribuna para dizer que pediram que V. Exa. entregasse a Liderança, porque não seria uma coisa que pegaria muito bem”.

Eu não tenho este negócio! Comigo a verdade não se escurece! Foi assim na CPI do Banestado e também está sendo assim na Comissão de Fiscalização!

Aqui é o projeto para a criação dos alevinos. Na seqüência, nossa proposta, que não há proposta mais viável do que esta para resolver o problema do trânsito de Curitiba e para dar à população mais conforto e, sobretudo, um preço mais justo da tarifa de ônibus. O transporte, o plano “aguache” feito em 1943 e o plano de 1966 contempla o que estou dizendo aqui: nós temos 108 quilômetros de linhas férreas, que cortam nossa Curitiba e Região Metropolitana. Vejamos: saindo do centro, passando por Pinhais, chega a Piraquara, chega ao litoral. Hoje, a população já está usando esse trajeto como meio de transporte. Por que não usar como meio de transporte à população trabalhadora de Curitiba e da Região Metropolitana?

Agora é claro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos os obstáculos que se possam imaginar, desde o jogo de manha para irritar aquele que tem boa intenção, são usados. Queremos ver pesquisas, se tem 15% ou 20% tem viabilidade. Se a eleição começa em junho e julho, como vamos ter esses pontos nas pesquisas se não ocupamos diariamente a televisão e nem o rádio? O meu Partido não requereu um espaço gratuito de rádio e de televisão para que eu pudesse colocar o meu plano de governo para viabilizar eleitoralmente a candidatura.

O que quero dizer aos Srs. Deputados: sabem quem me respalda para a candidatura? É o PDT da Base, da militância! É o PDT que não conversa com os grandes,

não recebe empreiteiros, nem ex-governador e nem banqueiro! É o PDT da verdade! Não é o PDT da cúpula!

Quero estar com o PDT da militância, com a população de Curitiba, sobretudo de baixa renda, mas não desejo conviver pacificamente com aqueles que fazem política de carta marcada. O Paraná tem sido vítima desse jogo da política: política de cartas marcadas. Hoje sou eu, amanhã é você e o povo é que paga a conta. E cada vez a conta é maior. Não contem comigo! Trabalhem contra a minha candidatura, porque se pensais que vou trabalhar a favor das suas, perderão o seu tempo.

É um desabafo que faço. Não sou da base do Governador Roberto Requião. Trabalhei muitas vezes para ele. Mas trabalhei muito mais para os irmãos Dias. Passei minha vida inteira trabalhando. E, no mínimo, eu merecia neste momento de pré-candidatura, o respeito necessário, o entusiasmo, porque não é dado o direito a nenhum homem deste mundo castrar o sonho de outro que quer sonhar junto com a sua comunidade. Não é dado esse direito a nenhum líder. Vamos respeitar a militância partidária. Vamos respeitar o diretório municipal. Ou querem fazer do PDT um cartório eleitoral? Para isso e com isso, fico magoado!

O Sr. Augustinho Zucchi

Concede um aparte, Deputado Neivo Beraldin?

O SR. NEIVO BERALDIN

Tenho um enorme prazer de não lhe conceder um aparte. Portanto, deixo a tribuna para fazer isso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Encerrado o Grande Expediente, passaremos ao Horário das Lideranças.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Apenas recebi essa colocação do Deputado Neivo Beraldin, realmente bastante equilibrado, num projeto importante dirigir o Município de Curitiba.

Creio que não conceder o aparte é um direito que lhe cabe, mas dentro da cordialidade que sempre tivemos aqui, acho que é de bom alvitre que os parlamentares possam conviver com as diferenças, até porque todos nós temos sonhos e os sonhos não são concretizados na marra por ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Pela Ordem, a Deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI

Eu gostaria apenas de registrar a presença do Presidente da Câmara de Vereadores de Paranavaí, Nivaldo Masin, juntamente com o Vereador Tarcisio de Souza, que com certeza estão aqui para prestigiar a entrega de Título de Cidadania ao Dr. Ricardo Conceição.

Faço nesse momento, Sr. Presidente, o convite aos Deputados desta Casa, que permaneçam no Plenário às 17h00, para proceder à entrega de título ao Dr. Ricardo Conceição, Vice-Presidente do Banco do Brasil de Agronegócio.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Unimo-nos à Deputada Cida Borghetti. Que sejam bem-vindos os dignos representantes do Legislativo de Paranavaí, que aqui se encontram.

Pedimos a todos os deputados que participem efetivamente do importante ato que vai acontecer à tarde, que a Deputada Cida Borghetti estará, em nome da Assembléia Legislativa, entregando o Título ao Dr. Ricardo Conceição.

Horário do PL, PSL, PPS, PSD, PTB, PP, PSDB, PDT, PT, PMDB.

(Declinam)

Liderança da Oposição.

(Declina)

Liderança do Governo.

(Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 319/2004, subscrito pelo Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando nesta data, a renúncia do cargo de 1º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, assumido em 1º de fevereiro de 2003, em solenidade oficial de posse dos Deputados Estaduais, eleitos através do processo eleitoral do ano de 2002. **Deferido, publique-se no Diário da Assembléia, para conhecimento dos Srs. Deputados.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 081/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a exigibilidade da Carteira de Identidade para a realização de matrícula na rede estadual de ensino e dá outras

providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que dispõe sobre o limite máximo de alunos por sala de aula no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de nº 01, de autoria do Sr. Deputado Elton Carlos Welter, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 169/2003

Suprime-se o inciso I do artigo 2º.

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Pedro Ivo Ilkiv, Dobrandino da Silva, Natálio Stica, Antonio Anibelli.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa suprimir o inciso I do artigo 2º do Projeto de Lei nº 169/2003. Tal inciso estabelecia critérios de limites máximos de alunos em sala de aulas destinadas aos alunos de 1ª série do ensino fundamental e a sua supressão se justifica por o mesmo ser incorporado ao inciso II do mesmo artigo do presente projeto de lei.

O projeto será encaminhado à CCJ.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 719/2003, de autoria do Deputado Carlos Simões, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Mussa José Assis. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 728/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação PROCAXIAS - Conselho Pró-Desenvolvimento dos Municípios limleiros ao Lago de Salto Caxias, com sede no Município de Boa Vista da Aparecida e foro no Município de Leônidas Marques. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 001/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/2004, que institui o Fundo de Aval Garantidor da agricultura familiar do Estado do Paraná - Fundo de Aval, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário em nº de 06 (seis), de autoria do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 001/2004

Altera-se a redação do inciso II e VI do artigo 4º, e de seu parágrafo primeiro, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 4º - As garantias à contratação de financiamentos previstas nesta lei destinam-se:

I - à realização de investimentos fixos e semi-fixos;

II - à implantação de novos empreendimentos produtivos rurais sustentáveis;

III - ao financiamento de capital de giro;

IV - à operações de custeio agrícola, pecuário e extrativista;

V - comercialização de produtos agropecuários e implantação de agroindústrias de base familiar;

VI - à contratação de assistência técnica;

VII - à produção e comercialização de produtos.

§ 1º - Somente serão avalizados com recursos financeiros do Fundo de Aval as operações de crédito que forem enquadradas no PRONAF e nas linhas prioritárias de financiamento definidas na forma da Lei nº 9.917, de 29 de março de 1992.

§ 2º - As garantias do Fundo de Aval poderão ser concedidas conjuntamente com outras prestadas por diferentes fundos de avais e/ou instituições similares, em atuações complementares, conjuntas ou isoladas, visando a viabilização de operações de crédito aos beneficiários previstos no artigo 2º desta lei.”

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) PEDRO IVO ILKIV

Apoioamento:

Dobrandino da Silva, Luciana Rafagnin, Antonio Anibelli e Natálio Stica.

JUSTIFICATIVA:

Ao inciso segundo do artigo 4º sugere acrescentar a palavra sustentável, pois todo projeto da natureza da presente iniciativa deve contemplar aspectos econômicos, sociais e ambientais sustentáveis. No inciso quarto do mesmo artigo sugere-se a substituição da palavra consultoria utilizada em grande empreendimento, pelo termo assistência, mas apropriada, no nosso entendimento, para as assessorias que demandam agricultura familiar, que, de regra, é realizada pela EMATER.

Finalmente, propõe-se a substituição da redação da parte final do parágrafo primeiro, e que já sofreu emenda por parte do ilustre Relator do projeto, para remeter à Lei nº 9.917, de 30 de março de 1992, que tem por objetivo definir um plano estratégico de desenvolvimento econômico-social para o Estado do Paraná, onde, o Executivo, através de sua devida regulamentação, definirá o Conselho próprio que avalizará as

operações de crédito deste programa. O objetivo é evitar que alterações de Conselhos, definidos por ato administrativo não importam em lacunas na presente lei. Ou seja, cabe ao Executivo, através de um ato seu, definir o colegiado a ser ouvido.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 02

Modifica-se a redação do artigo 14, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 14 - Em caso de inadimplência, e uma vez esgotadas todas as medidas legais e devidas à cobrança, e após o trânsito em julgado, os bens adquiridos, objetos do financiamento ou o valor monetário correspondente, serão incorporado ao patrimônio do Estado”

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) PEDRO IVO ILKIV

Apoioamento:

Dobrandino da Silva, Antonio Anibelli, Natálio Stica e Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

O objeto da nova redação ora proposta para o mencionado artigo é dar clareza ao mesmo. Na eventualidade de inadimplência, os frutos da execução judicial, seja o próprio objeto do financiamento ou o equivalente em pecúnia, recebida por conta da dívida não honrada, serão incorporados ao patrimônio do Estado.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 03

Modifica-se a redação do inciso IV do artigo 6º, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 6º - O decreto regulamentar desta lei estabelecerá:

...

IV - o prazo máximo de garantia do aval, o qual deve coincidir com o prazo de financiamento pactuado, e, em caso de prorrogação total ou parcial deste, a garantia do aval poderá se estabelecer a novos prazos, a serem pactuados de acordo com a legislação específica do BACEN.”

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) PEDRO IVO ILKIV

Apoioamento:

Dobrandino da Silva, Luciana Rafagnin, Antonio Anibelli e Natálio Stica.

JUSTIFICATIVA:

Sem qualquer alteração quanto à intenção desta parte da presente norma, a redação do texto atualmente proposto, no nosso entendimento, é mais compreensível. Portanto, o objetivo da presente emenda é no sentido de dar maior clareza de interpretação do texto.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 04

Modifica-se a redação do artigo 8º, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 8º- Poderá ser concedida nova garantia pelo Fundo de Aval antes da quitação da operação inicialmente concedida, quando destinada para a mesma finalidade, respeitadas as normas gerais do Manual de Crédito Rural - MCR.”

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) PEDRO IVO ILKIV

Apoioamento:

Dobrandino da Silva, Luciana Rafagnin, Antonio Anibelli e Natálio Stica.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a retirada da palavra “não”, uma vez que o PRONAF permite a concessão de mais de um financiamento por produtor. Ressalta-se, no entanto, que a palavra substituída pelo termo “poderá”, dando abertura para um novo aval em um segundo financiamento, mas que dependerá da disponibilidade de recursos à época dessa segunda operação.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 05

Adicione-se parágrafo ao artigo 3º com a seguinte redação, renumerando-se o parágrafo único em parágrafo primeiro:

“§ 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Suplementar para aumento do aporte de recursos financeiros de que trata o *caput* deste artigo.”

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) PEDRO IVO ILKIV

Apoioamento:

Antonio Anibelli, Natálio Stica, Luciana Rafagnin e Dobrandino da Silva.

JUSTIFICATIVA:

O aporte inicial de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) já contemplado no orçamento do Estado ainda é insuficiente para a demanda que o programa certamente gerará, como pode extrair dos fundamentos da própria mensagem governamental, mormente considerando o universo de trezentos mil agricultores familiares, dos quais uma grande parcela excluída do crédito agrícola. O próprio Governo do Estado sinalizou de forma expressa que pode dobrar o referido valor do aporte financeiro. E considerando os entendimentos no sentido de triplicar a alavancagem dos agentes financeiros, objeto de outra emenda ao presente Projeto de Lei, esta alteração no projeto original ampliará as metas do programa ainda este ano, podendo assim ser contempladas cerca de 20% (vinte por cento) dos agricultores familiares paranaenses.

A presente emenda, coaduna-se com o ordenamento jurídico em vigência, de modo a inexistir impedimento quanto à competência e iniciativa deste legislativo, vez que autoriza o Executivo Estadual a remanejar o Orçamento do corrente ano, a fim de atender o propósito desta iniciativa governamental e vontade de todos, qual seja, a de viabilizar acesso ao crédito rural ao maior número de excluídos atualmente.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, Nº 06

Modifica-se a redação do artigo 17, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 17 - Fica limitada a alavancagem de cobertura do Fundo de Aval, na concessão de garantias de crédito de operações, em até 30 (trinta) vezes o seu patrimônio líquido.”

Sala das Sessões, em 05.04.2004.

(a) PEDRO IVO ILKIV

Apoiamento:

Dobrandino da Silva, Luciana Rafagnin, Antonio Anibelli e Natálio Stica.

JUSTIFICATIVA:

Propõe-se a majoração da alavancagem de até 10 (dez) vezes o seu patrimônio líquido, para até 30 (trinta) vezes, pois desta forma triplicar-se-á as metas do programa, podendo assim contemplar um maior número de agricultores familiares paranaenses. A presente alteração já recebeu a anuência dos principais agentes financeiros que serão o elo deste programa (Banco do Brasil, Sicredi, Cresol, etc).

O projeto será encaminhado à CCJ.

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 036/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que denomina de Governador Antonio Anibelli, a ponte de concreto sobre o Rio Ivaí, na PR-576, ligando Santa Mônica com o Município de Tapira (Rodovia Tildo Mazzarino). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 045/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Professores e Alunos do Centro de Artes Guido Viaro, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 725/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 7º da Lei nº 11.054, de 11 de janeiro de 2003. (Lei Florestal). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 105/2003, de 03/12/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 725/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame é de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, que objetiva alterar o artigo 7º, da Lei nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995,

que dispõe sobre a Lei Florestal do Estado, na forma que especifica.

A proposta em epígrafe visa criar sistematização da efetivação das Reservas Legais nas diferentes propriedades rurais do nosso Estado dando maior eficiência à norma em alteração.

Procedida a análise da proposição, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou no âmbito legal, regimental e constitucional, que possa obstar a normal tramitação da proposta, tão somente cumpre a missão de louvar a iniciativa.

Nestas condições, manifestamos nosso parecer favorável à proposição, opinando pela sua aprovação no soberano Plenário desta Casa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 30.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

Em votação

O SR. PEDRO IVO ILKIV **(Pela Ordem)**

Com relação ao item 08, esse assunto não passou pela Comissão de Agricultura. É um projeto que dependeria de um estudo maior e de uma discussão. Gostaria de pedir a retirada do projeto para ser discutida na Comissão.

O SR. PRESIDENTE **(Marcos Isfer)**

Eu solicitaria ao Deputado Pedro Ivo que fizesse por escrito.

Sugiro que façamos a votação de constitucionalidade em 1ª votação, e seja encaminhada à Comissão, antes da 2ª Discussão.

Em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os deputados que são favoráveis, em 1ª Discussão o projeto do item 08.

Aprovado.

Encerrada a pauta.

O SR. PRESIDENTE **(Marcos Isfer)**

Vamos solicitar ao Sr. 1º Secretário, Deputado Francisco Bühner, a leitura do Termo de Ofício encaminhado a esta Mesa, pelo Deputado Natálio Stica, em que apresenta sua renúncia à 1ª Vice-Presidência.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Francisco Bühner)**
(Lê o ofício).

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Conforme comunicação feita pelo nosso eminente amigo Deputado Natálio Stica da sua decisão de deixar a 1ª Vice-Presidência para assumir a Liderança do Governo, e como é uma vontade pessoal que os Parlamentares não podem inclusive votar, nós aceitamos e desejamos ao Stica um trabalho profícuo a favor do

Paraná, porque sei que as suas intenções são sempre neste sentido. Foi um grande companheiro como vice-Presidente, leal, amigo e acima de tudo, defensor das coisas paranaenses. Ao Stica, o meu agradecimento pessoal, como Presidente desta Casa, mas tenho certeza que os cumprimentos são de todos os Parlamentares, porque o Stica sempre foi um companheiro leal e amigo.

Sucesso na sua nova missão, amigo Stica!

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Senhor Presidente.

Quero, da mesma forma, agradecer-lhe pelas palavras e em especial pelo tempo que trabalhamos juntos na Mesa Executiva. Tenho dito em todas as declarações que fiz na imprensa e faço aqui de público, dizendo que V. Exa., muito mais do que um companheiro, tem sido e foi, na verdade, um professor para mim aqui nesta Casa. Pude, no exercício da Vice-Presidência e por vários momentos no exercício da Presidência, tenho dito que foi um aprendizado que me serviu e muito, já que apenas com um ano de mandato tive a chance, por diversas vezes, de assumir, não com o desempenho e esmero que V. Exa. o faz, mas pude, como prática do dia-a-dia.

Portanto, quero aqui de público agradecer e parabenizá-lo pelo senso democrático que V. Exa. tem tratado a Presidência nesta Casa, não só para mim, mas tenho certeza que para todos os membros da Comissão Executiva.

Desejo sucesso na continuidade dos trabalhos e estaremos aqui, juntos, defendendo os interesses do povo do Paraná.

Muito obrigado, Presidente e amigo Deputado Hermas Brandão.

O SR. DURVAL AMARAL

Quero cumprimentar o nobre Líder do Governo que renuncia nesta tarde a Vice-Presidência da Casa, em um ato unilateral de sua vontade, desejando ao nobre Deputado Stica que ele tenha êxito, efetivamente, na condução dos trabalhos à frente da Liderança do Governo nesta Casa, desejando sucesso e, se possível, algumas derrotas para que os nossos embates possam ser efetivamente mais acalorados.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

De acordo com o Regimento Interno desta Casa, marcamos, na Sessão de amanhã das 14h30, uma Sessão Especial para a eleição do 1º vice-Presidente. E posteriormente à Sessão, teremos a antecipação da Sessão de quarta-feira para amanhã também, com a Ordem do Dia constante da pauta.

Logo após esta Sessão, convido todos os líderes partidários para uma Sessão na sala ao lado para discutir-

mos o encaminhamento da Sessão de amanhã, às 14h30, para eleição do 1º vice-Presidente.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, para fazer um convite a todos os Deputados desta Casa que já receberam os convites, mas reforçando, amanhã, às 8h30 da manhã, temos um convite do Presidente da FIEP, e eu gostaria que V. Exa. reforçasse o convite para um café da manhã, na Federação da Indústria do Estado do Paraná, na Avenida das Torres, no Centro de Convenções da FIEP.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Às 8h30 da manhã, está o convite da FIEP a todos os Parlamentares para um café da manhã, quando a FIEP colocará ao Parlamento paranaense algumas sugestões e alguns pedidos para que se possa encaminhar nesta Casa de Leis.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Sr. Presidente, infelizmente não poderemos nos fazer presentes neste café da manhã, já que temos marcada a primeira Sessão da CPI da Reforma Agrária, que vai acontecer amanhã pela manhã, às 08h30, no plenário do subsolo do anexo, uma vez que o plenarinho está ocupado.

Estarão presentes depondo amanhã o Sr. Darci Frigo, que era o advogado da Pastoral da Terra; hoje é coordenador executivo de uma ONG / Terra de Direito; também o Sr. José Guilherme Cavagnari, que é um auditor dos assuntos fundiários para o Estado do Paraná; bem como o Presidente do IAP. Esses três estarão depondo amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrada a ausência de V. Exa. no café da manhã da FIEP.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Apenas para justificar também, Sr. Presidente, que amanhã à tarde estaremos saindo daqui do plenário, provavelmente às 17h00, porque temos uma audiência pública, autorizada por esta Casa, em Ponta Grossa, às 18h00, com a Comissão de Educação, na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

V. Exa. tem conhecimento de que nós temos na Casa o veto do Governador ao artigo que dá o aumento aos professores no mês de fevereiro, eu queria e encareço se V. Exa. já tem a programação de quando ele poderá ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A informação que eu tenho do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Hermes Fonseca, é que na última terça-feira foi distribuído ao

Deputado Antonio Anibelli. E nós aguardamos na Sessão de amanhã que seja votado na Comissão de Constituição e Justiça, para que depois possamos trazer o veto para ser votado em Plenário.

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 469 e 483 de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 471 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 472 e 474 de autoria do Deputado Pastor edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 473 de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 475 de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 476 de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 478 de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 479 de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento n° 482 de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 481 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Amanhã faremos um entendimento com a autora do requerimento para indicarmos os membros dessa Comissão.

Quero ainda participar aos Srs. Deputados que às 17h00 de hoje teremos uma Sessão Solene de outorga de Título de Cidadania Honorário do Paraná ao Sr. Ricardo Alves Conceição, Diretor do Banco do Brasil.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Sr. Presidente, consulto V. Exa. se a Bancada do PMDB já indicou os dois representantes que vão compor a CPI já constituída, a CPI dos Portos de Paranaguá, publicada no Diário Oficial no último dia 24 e se já houve ou não essa comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo à questão de ordem de V. Exa. informo que não foi ainda indicado, mas que esta Presidência, tão logo tenha o parecer da Procuradoria Geral da Casa - se não tiver indicação até aquele

momento, de acordo com o Regimento Interno da Casa - tem a prerrogativa de indicar e indicarei.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 640 e 667/2003

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 036/2004.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de março de dois mil e quatro, no Plenário da Assembléia, às 16h00, foi realizada reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esportes para discussão sobre a falta de professores e também sobre a suspensão de determinados cursos nas Universidades do Estado. Sob a Presidência do Sr. Deputado Tadeu Veneri, e com as presenças dos Srs. Deputados Padre Paulo Campos, Jocelito Canto, Ademir Bier, Plauto Miró Guimarães, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Elza Correia, Felipe Lucas e Nelson Tureck, e também, a presença do Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldair Rizzi. O Sr. Presidente deu início à Sessão agradecendo a presença de todos comentando sobre o objetivo desta reunião. Logo após passou a palavra ao Sr. Secretário, que fez sua explanação quanto à intenção do Governo do Estado em realizar um processo de reestruturação nas Universidades Estaduais, tendo em vista a situação financeira do Estado. Na sequência, os Srs. Deputados também fizeram uso da palavra. O Sr. Presidente destinou espaço para que fossem realizados questionamentos ou sugestões pelos senhores presentes nesta reunião. Para encerrar, o Sr. Presidente sugeriu que fossem realizadas Audiências Públicas por esta Comissão nas sedes das Universidades para expor a intenção do Governo e também ouvir o corpo docente e a comunidade da região, conforme consta em gravação em fitas cassetes, fazendo parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de março de dois mil e quatro, no Plenário da Assembléia, às 11h00, foi realizada reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esportes para discussão sobre o Veto do Governo do Estado ao artigo 47 do Projeto de Lei nº 03/04 que trata sobre o Plano de Cargos, Carreira e Salário dos Professores da Rede Pública Estadual de Ensino. Sob a Presidência do Sr. Deputado Tadeu Veneri, e com as presenças dos Srs. Deputados Francisco Bühner, Elza Correia, Nelson Tureck, Cida Borghetti Alexandre Curi, Augustinho Zucchi, André Vargas e Elton Carlos Welter e também, a presença dos Srs. José Lemos e Luiz Carlos Paixão, Presidente e Diretor-Geral da APP Sindicato, respectivamente e do Senhor Cid Cordeiro, Técnico do DIEESE. O Sr. Presidente deu início à Sessão agradecendo a presença de todos, comentando sobre a intenção desta Comissão em buscar entendimentos entre os professores e o Governo do Estado. Logo após passou a palavra ao Sr. José Lemos, que fez sua explanação quanto ao veto do Governador não estando este de acordo com o compromisso firmado com a categoria e que também não concorda com o Estado, que afirma estar cumprindo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Na sequência, os Srs. Deputados também fizeram uso da palavra. O Sr. Presidente destinou espaço para que fossem realizados questionamentos ou sugestões pelos senhores presentes nesta reunião. Para encerrar, o Sr. Presidente confirmou que esta Comissão irá se reunir com o Chefe da Casa Civil, Caíto Quintana e com o Sr. César Ribeiro Ferreira, Diretor da Coordenação da Administração Financeira do Estado, juntamente com a APP Sindicato, às 16h30 na Sala de Reuniões da Casa Civil. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e quatro, foi realizada reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, Sala de Reuniões das Comissões presidida pelo Sr. Deputado Tadeu Veneri, e com as presenças dos seguintes Srs. Deputados: Cida Borghetti, Barbosa Neto, Ratinho Júnior e Elza Correia. Havendo número legal, o

Sr. Presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 167/2003, de autoria do Deputado Nelson Justus. Relator Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 169/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Relator Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 206/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Relator Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 284/2003, de autoria do Deputado Durval Amaral. Relator Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL COM EMENDA - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 560/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Relatora Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 561/2003, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Relator Deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 589/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci. Relator Deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 672/2003, de autoria do Deputado Ademir Bier. Relator Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Indicação nº 127/2003, de autoria da Deputada Elza Correia. Relator: Deputado Rafael Greca. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Indicação nº 01/04, de autoria da Deputada Elza Correia. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Ademar Traiano. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os seguintes Projetos de Lei nºs 158/03, 292/03 e 574/03. Em seguida o Sr. Deputado Marcos Isfer apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 078/03 e 387/03, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Nelson Justus. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 003/04, que foi aprovada sem observações. Nada havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Nelson Justus. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os seguintes Projetos de Lei nºs 380/03 e 500/03 em seguida a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 048/03 e 700/03, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Nelson Justus. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os seguintes Projetos de Lei nºs 380/03 e 500/03, em seguida a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 690/03 e 727/03, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Nelson Justus. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os seguinte Projeto de Lei nº 423/03, em seguida a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final aos seguinte Projeto de Lei nº 625/03, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária